

146

RESENHA

CARBONERA, M. ;
SCHMITZ, P. I.
(ORGS.). 2011.
ANTES DO OESTE
CATARINENSE:
ARQUEOLOGIA DOS
POVOS INDÍGENAS.
CHAPECÓ (SC),
ARGOS.

364 P. ISBN: 978-85-7897-034-5

Resenhado por Lucas Bond Reis¹

1- Mestrando em História Cultural pelo PPGH/UFSC. lucasbondreis@gmail.com

Durante muito tempo, arqueologia em Santa Catarina foi sinônimo de pesquisar sambaquis. Por diversos fatores (monumentalidade, variabilidade, quantidade, localização, etc.), os concheiros foram o principal objeto de pesquisa no território catarinense entre o final do século XIX e meados do XX. Antes do Oeste Catarinense mostra que no interior do estado existe uma diversidade de contextos arqueológicos, os quais remetem a ocupações de diferentes grupos culturais ao longo do tempo, que ainda precisam ser mais bem compreendidos. A obra apresenta uma espécie de estado da arte do que se sabe até então acerca da história das populações indígenas, que vivem e/ou viveram na região preteritamente, visando popularizar o conhecimento produzido em arqueologia.

O livro é organizado por Mirian Carbonera, arqueóloga do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), pesquisadora que estuda o processo de ocupação e os contatos culturais no Alto Rio Uruguai; e

por Pedro Ignácio Schmitz, arqueólogo do Instituto Anchieta de Pesquisas, livre-docente em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), com vasta produção em arqueologia em mais de cinquenta anos de atuação e que dispensa maior apresentação. A publicação conta com contribuições de autoria individual ou em coautoria, tanto de pesquisadores ligados à academia quanto de profissionais que exercem atividades de arqueologia de contrato. Os textos que compõem a obra são de autoria dos seguintes pesquisadores (em ordem alfabética): Elison Antonio Paim; Jairo Henrique Rogge e Mirian Carbonera; Kelly de Oliveira; Letícia Morgana Müller e Sheila Mendonça de Souza; Mirian Carbonera; Pedro Ignácio Schmitz; Pedro Ignácio Schmitz e Marcus Vinicius Beber; Pedro Ignácio Schmitz e Suliano Ferraso; Sirlei Elaine Hoeltz e Adelson André Brüggemann; Solange B. Caldarelli e Rodrigo Lavina.

A publicação inicia-se com uma Apresentação, seguida por seis partes temáticas. A primeira destas, intitulada A geração do conhecimento, versa sobre a trajetória histórica das pesquisas arqueológicas realizadas no Oeste Catarinense. Quatro partes subsequentes apresentam informações gerais, problematizações e/ou análises de materiais relacionadas a alguma das ocupações até então identificadas na região; sendo denominadas da seguinte forma: A ocupação do território, O Guarani nas áreas de mata, Os antepassados dos Kaingang nos pinheirais e Culturas diferentes em contato. A última parte, intitulada A região oeste catarinense, compreende uma síntese da constituição da região Oeste Catarinense no período histórico. Ao final, constam informações sobre os autores e um posfácio, de autoria de Dione da Rocha Bandeira, na contracapa.

A obra integra a série “História e Patrimônio” editada pelo CEOM, a qual também publicou dois livros de relevante interesse para a área da museologia – A danação do objeto (2004) e Há uma gota de sangue em cada museu (2006). Aliás, deve-se destacar que o CEOM, instituição que integra a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), possui um papel importante na proteção e valorização do patrimônio cultural regional desde a sua fundação, na década de 1980, através da guarda de bens culturais, da promoção de pesquisa, da realização de exposições e ações de extensão com a comunidade local e na divulgação científica e cultural. Desde 2002, conta com o Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos (NEEA).

Conforme disposto na apresentação, os autores que contribuíram para a publicação tiveram liberdade para escrever segundo as suas convicções. Esta diversidade fica evidente nas diferentes abordagens teórico-metodológicas utilizadas, no tratamento

dos dados e nas interpretações, bem como no modo pelo qual as narrativas são expostas, algumas mais descritivas e coloquiais e outras mais formais.

As partes do livro que contém as informações produzidas sobre os assentamentos pretéritos da região foram dispostas cronologicamente. Inicialmente são abordados aspectos que remetem às ocupações de grupos de caçadores-coletores (mais de 8000 A.P); seguidos por textos que versam sobre as ocupações Guarani e Jê meridional (ambas a partir de 1000 A.P). Cada uma destas partes possui um texto inicial com características gerais sobre os grupos culturais, muitas delas obtidas a partir de pesquisas em contextos localizados em áreas circunvizinhas à região, além de informações acerca dos sítios registrados no Oeste Catarinense que os identificam. Na sequência destes textos introdutórios constam capítulos que apresentam resultados de análises específicas, dentre os quais, chama-se a atenção para três, que remetem a grupos culturais diferenciados, bastante ilustrativos e assaz interessantes.

O primeiro deles é uma análise de tecnologia lítica de vestígios oriundos de contextos líticos e litocerâmicos efetuada por Holtz e Brüggeman. Aprofundando-se na desconstrução do entendimento de que haveria uma só população vinculada à tradição tecnológica Humaitá, proposta colocada desde meados da década de 1990 pela primeira autora e por Adriana Schmidt Dias, os pesquisadores apresentam dados que permitem as seguintes constatações para o Oeste Catarinense: os grupos de caçadores-coletores que ocuparam a área inicialmente foram aqueles vinculados à tradição tecnológica Umbu e que os sítios associados à tradição tecnológica Humaitá ou AltoParanaense (como foi denominada regionalmente) devem ser entendidos em um contexto sistê-

mico mais amplo, vinculado às ocupações Guarani e/ou Jê meridionais.

Os outros dois capítulos aqui destacados foram escritos em coautoria pelas mesmas autoras, Müller e Souza. A partir de análises bioarqueológicas de vestígios que dificilmente preservam-se no solo ácido sul brasileiro e fazendo uso de uma abordagem interdisciplinar, as pesquisadoras tratam das práticas funerárias de grupos Guarani e Jê meridionais. No primeiro texto, as pesquisadoras desconstroem a noção corrente de que os grupos Guarani confeccionavam “urnas funerárias”, evidenciando que nem mesmo na língua Guarani existe um verbete que remeta a tal forma, e problematizam, com novos dados, os significados culturais das duas formas de sepultamento (primário e secundário) mencionadas na literatura para estes grupos. No segundo texto, as análises são dirigidas no sentido de se compreender as práticas de sepultamento em montículos situados no interior de estruturas anelares, sítios incorporados aos modelos de sistema de assentamento Jê meridionais, onde evidências indicam a realização da cremação do corpo inteiro de indivíduos.

Além destes estudos, constam análises de restos faunísticos e de padrões decorativos da cerâmica pintada, ambas associadas a contextos Guarani.

De um modo geral, o livro cumpre com o seu objetivo de oferecer um panorama acerca das características dos grupos culturais que se sucederam no Oeste Catarinense. Ademais, aprofunda e avança em outras discussões de grande relevância para a compreensão da história dos povos indígenas que viveram preteritamente na região, conforme demonstrado nos exemplos de análises de materiais mencionados anteriormente. Apresenta, ainda, um quadro geral do modo pelo qual o conhecimento sobre o passado vem sendo produzido.

Após a leitura da obra, um aspecto em particular instiga algumas reflexões. Trata-se da forma pela qual os dados foram obtidos, ou melhor, a modalidade de pesquisa que proporcionou o conhecimento: pesquisa acadêmica ou arqueologia de contrato. Tal questão é colocada de forma evidente na primeira parte do livro, mas perpassa todo o seu conteúdo conforme são colocadas em cena informações dos contextos do Oeste Catarinense.

No primeiro capítulo, Carbonera apresenta uma síntese histórica das práticas relacionadas à arqueologia que foram desenvolvidas na região desde meados do século XIX até o presente. Fazendo um paralelo com a trajetória da Arqueologia no Brasil, evidencia que no Oeste Catarinense houve também um período de colecionismo, eventualmente impulsionado pela colonização da área por imigrantes de origem europeia e/ou por iniciativas individuais – caso do juiz Antônio Selistre de Campos que atuou em prol das populações indígenas locais –, que culminaram na formação das primeiras coleções arqueológicas dos museus locais.

A partir da década de 1960, pesquisas científicas realizadas na região, em especial através da atuação de João Alfredo Rohr e de Walter Fernando Piazza, proporcionaram um panorama geral acerca da variedade de sítios arqueológicos, bem como as primeiras informações cronológicas sobre as ocupações pré-coloniais da região. Nos anos setenta, Maria José Reis, em um levantamento de estruturas subterrâneas no Oeste Catarinense, identificou 21 sítios arqueológicos.

Da década de 1980 em diante, começaram a ser desenvolvidas ações de arqueologia associadas à implantação de empreendimentos com grande impacto ambiental, principalmente os relacionados ao aproveitamento do potencial hidroenergético dos cursos d'água que compõem a Bacia do Rio

Uruguai. É o começo da Arqueologia de Contrato no Oeste Catarinense, questão problematizada por Carbonera pelo fato destas ações gerarem resultados ambíguos: ao mesmo tempo em que proporcionam um maior conhecimento acerca do contexto arqueológico regional através da identificação e do salvamento de uma série de sítios, estas pesquisas geram um grande volume de acervos e relatórios que “acabam esquecidos, uma vez que objetivam demonstrar para a empresa contratante, o IPHAN, o Ibama, entre outros, que foi realizado o salvamento arqueológico da área atingida pela obra de engenharia” (p. 40).

Sabe-se que o aumento considerável de pesquisas de consultoria em arqueologia nos anos oitenta não é algo exclusivo da região em questão, trata-se de um fenômeno nacional devido à promulgação de uma legislação onde os estudos arqueológicos passaram a ser necessários para fins de licenciamento de obras com grande impacto ambiental.

Em Santa Catarina, de um modo geral, houve, nas décadas de 1960 e 1970, uma intensa produção de conhecimento em arqueologia, principalmente, através das pesquisas desenvolvidas por João Alfredo Rohr, Walter Piazza e pela equipe do Instituto (Museu) de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Na década seguinte, uma série de circunstâncias – reflexos decorrentes da reforma universitária na UFSC, escassos financiamentos para pesquisa, desinteresse de antigos pesquisadores na área e falecimento de Rohr –, implicaram numa queda vertiginosa no número de pesquisas em arqueologia.

Evidentemente, este contexto acarretou em alterações profundas no quadro de pesquisas acadêmicas realizadas no Oeste Catarinense. Por outro lado, entre 1980-1985, Marilandi Goulart, então vinculada à UFSC,

desenvolveu na região a primeira etapa do Projeto de Salvamento Arqueológico Uruguai, uma pesquisa de arqueologia de contrato. Esta pesquisa colaborou de forma decisiva para a criação do CEOM em 1986.

Deste período em diante, avolumaram-se as pesquisas relacionadas à consultoria em arqueologia. Caldarelli e Lavina, no segundo capítulo do livro, apresentam alguns dados relevantes acerca do contexto atual. Conforme apurado pelos pesquisadores em relatórios presentes nos arquivos do IPHAN/SC, entre 2001 e 2010 os levantamentos arqueológicos prospectivos em licenciamentos ambientais foram os responsáveis absolutos pela pesquisa arqueológica desenvolvida no Oeste Catarinense. Além disso, os autores relatam que cinquenta projetos, com portaria emitida neste mesmo período, foram responsáveis pela localização de 308 sítios, muitos destes inéditos.

Observa-se que modificações conjunturais ocorridas a partir da década de 1980 implicaram na diminuição do número de pesquisas acadêmicas e na ascensão dos trabalhos de arqueologia de contrato no Oeste Catarinense. Neste sentido, uma questão que precisa ser mais bem avaliada diz respeito ao conhecimento produzido nos estudos desenvolvidos sob a segunda modalidade de pesquisa.

Cumpra-se a lei, produz-se uma grande quantidade de relatórios técnicos, com catálogos e biografias de sítios, mas, de um modo geral, os dados pouco são explorados a fim de se avançar nas discussões que almejam uma melhor compreensão da história dos grupos humanos que vivem e/ou viveram no local. Sem entrar no mérito, outro aspecto que deve ser considerado são os recortes espaciais arbitrários definidos pelo impacto dos empreendimentos em licenciamento, problema constatado por profissionais da área em textos da obra.

Deve-se ressaltar, contudo, que essa não é uma regra geral. Na própria publicação, inclusive, constam algumas reflexões, que contribuem de forma significativa para um entendimento mais refinado do comportamento dos grupos que outrora ocuparam a região, possibilitadas por pesquisas de salvamento. Por outro lado, nos textos percebe-se o uso de uma grande quantidade de dados oriundos de pesquisas acadêmicas realizadas nas décadas de 1960 e 1970, bem como de coleções reunidas neste mesmo período, além de informações recentes obtidas em outras regiões, como fundamento para as interpretações da ocupação do Oeste Catarinense. Daí a necessidade de se problematizar esta questão.

Ao final, no panorama apresentado fica evidente a ausência de pesquisas arqueológicas em conjunto com as populações indígenas - Kaingang e Guarani - que vivem no Oeste Catarinense. Em uma região onde a presença tradicional de grupos indígenas é marcada por meio de sítios arqueológicos e da ocupação de oito Terras Indígenas, bem como através de topônimos e da nomenclatura de estabelecimentos públicos que remetem a presença indígena, nenhum projeto de arqueologia se propôs a desenvolver estudos orientados segundo as necessidades e os interesses destes povos. Considerando-se o atual contexto político do país, onde as populações indígenas são espoliadas das suas terras e têm seus direitos defenestrados, esta é uma demanda urgente. *SB*